

Livro nº. 6

Folha 27

*Ricardo Manuel Ferrão Gonçalves*



# **MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO**

**QUADRIÉNIO 2009/2012**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2011/04/18**

*ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO,  
REALIZADA NO DIA DEZOITO ABRIL DE DOIS MIL E ONZE*

----- Aos dezoito dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a Assembleia Municipal de Terras de Bouro que reuniu em sessão ordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

***Ponto um – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro;*** -----

***Ponto dois – Análise e votação de proposta de Desafecção de Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno de vinte metros quadrados no lugar do Cavacadouro, freguesia de Moimenta;*** -----

***Ponto três – Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dez.*** -----

----- Assumiu a Presidência da Mesa o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, assumindo o Senhor Avelino José Antunes Soares o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário o Senhor Guilherme Coelho Alves. -----

----- Estiveram na sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente da autarquia, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dra. Líliliana Machado e Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e três, tendo-se verificado a falta dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Valdosende e Campo do Gerês, sendo este último substituído pelo Senhor António Miguel Dias Costa, Secretário daquela Junta, assim como a falta dos Senhores Deputados Américo Pereira e Elisa Antunes, que justificaram a sua ausência. -----

----- Comprovada a existência de “Quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, tendo apresentado para consideração uma Moção do CDS – PP, apresentada pelo Senhor Deputado Agostinho Moura, de desagrado face ao possível encerramento da Estação dos Correios na Vila do Gerês ou transformação da mesma em Posto de Correio, que foi incluída por unanimidade na Ordem de Trabalhos, passando a constar

*Ricardo Manuel Ferraz Jornal.*

como quarto ponto (que, posteriormente, nesta acta se transcreve) e também um requerimento à mesa, apresentado pelo Senhor Deputado Alexandre Pereira, representante do Partido Comunista Português, sobre a situação da Loja da Cruz Vermelha no Centro de Animação da Vila do Gerês para um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

---- De seguida, a acta da sessão anterior de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, sessão ordinária, foi colocada à consideração dos presentes. -----

---- Sobre a mesma pediu a palavra o Senhor Deputado Agostinho Moura para deixar um reparo à extensão da mesma, pois, na sua opinião, mais parece uma crónica e não um relato conciso das sessões, com alusões concisas ao que aqui se passa, como deveria ser. Ainda sobre a mesma acta, aludiu à sua intervenção sobre a recolha de informações na conservatória como sendo algo de normal, como relação institucional do jornal que dirige e só no que diz respeito à comunicação de óbitos no concelho de Terras de Bouro. -----

---- Sobre o mesmo assunto, interveio o Senhor Deputado Alexandre Pereira para pedir a correcção e alteração da sua intervenção no que diz respeito às suas declarações sobre a animação termal e a actividade turística, tendo esclarecido que seria importante uma animação durante o Verão mas também no Inverno de forma a atrair clientes na época baixa. Esclareceu também que na data da última reunião deste órgão não era associado da Associação "Gerês Viver Turismo" e, por isso, não poderia ser portador de qualquer mensagem desta Associação como foi referido na acta. Pede, assim, a correcção dessa parte da acta. -----

---- Seguidamente, a acta da sessão anterior foi colocada à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira. -----

----- Logo depois, o Senhor Deputado Avelino Soares, na qualidade de Primeiro Secretário, deu conhecimento da correspondência recebida e colocou-a à disposição para consulta. -----

---- Iniciado o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o Senhor Deputado Alexandre Pereira que voltou a referir-se à questão da nomeação dos elementos das mesas de voto das últimas eleições para o Presidente da República e de como o critério usado terá sido muito subjectivo, já que, por exemplo, em Rio Caldo, a presidente escolhida "à pressa", nas palavras do próprio, foi uma advogada e não uma outra pessoa que até pudesse precisar de ocupar o cargo neste dia. De igual forma, manifestou a sua insatisfação pelas respostas dadas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente aos subsídios às Associações do Concelho, entre

elas a Cruz Vermelha Portuguesa, já que há casos em que são atribuídos milhares de euros por mês, o que lhe parece um exagero. As despesas das Associações deveriam ser feitas em função dos subsídios atribuídos e não contrário, frisou. -----

---- O mesmo Deputado comentou a intervenção do Senhor Deputado Tenente-coronel Claudino Ferreira, na última sessão deste órgão, relativa a uma cerimónia realizada na Casa da Música do Porto, onde o concelho de Terras de Bouro esteve em evidência. O Senhor Tenente-coronel lamentou o facto de ter estado muito pouca gente de Terras de Bouro nessa cerimónia. Tanto quanto sabe, o Senhor Tenente-coronel mora bastante perto da Casa da Música do Porto e, por isso, esteve presente. Mas a realidade mostra que quando há eventos sobre o concelho noutros locais, o Senhor Tenente-coronel também não aparece. Por isso, não deve criticar os outros Deputados Municipais ou políticos de Terras de Bouro por não poderem estar presentes. O Senhor Deputado Alexandre Pereira informou que foi convidado, mas não podia perder um dia de trabalho para se deslocar ao Porto, e como ele certamente muitos outros políticos. -----

---- Prossequindo a sua intervenção, e sobre o facto de se ter realizado a homenagem ao Prof. Emídio Ribeiro, em Outubro de dois mil e dez, o Senhor Deputado disse que há muitas outras pessoas de relevo da freguesia de Vilar da Veiga que merecem igual homenagem, tendo aludido a algumas personalidades. Na sua opinião, quem deveria homenagear o Professor Emídio Ribeiro era o Dr. Rui Rio, presidente da Câmara do Porto, onde sempre viveu o homenageado. O mesmo Deputado referiu-se depois à questão por si colocada na última reunião deste órgão sobre a loja da Cruz Vermelha no Centro Termal do Gerês que terá sido respondida pelo Dr. Agostinho Moura e não pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que devia ter respondido. -----

---- Por último, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre a atribuição de alguns subsídios, nomeadamente no âmbito da Acção Social, onde surgem valores de novecentos euros e de três mil cento e setenta e cinco euros de apoios, questionando para quê? Também no domínio dos apoios, questionou os valores atribuídos para a recuperação dos "Lagares de Azeite" de Valdosende e Vilar da Veiga, já que este tipo de apoio deveria ser, em princípio, da competência da ATHACA. -----

---- Assumiu a palavra o Senhor Deputado Vítor Mendes e começou por falar da relação da Câmara Municipal com a Escola Profissional "Amar Terra Verde", frisando as dúvidas que parecem existir sobre a utilidade desta parceria para Terras de Bouro.

*Ricardo Manuel Ferreira Fonseca*

Mais afirmou que na vida tudo muda e seria bom ver se, actualmente, vale a pena continuar esta ligação à EPATV. Nesse sentido, propôs a elaboração de um relatório de carácter anual para aquilatar se se justifica a ligação da Câmara Municipal a esta instituição de ensino devido aos elevados custos que tem para a autarquia sem ter o devido retorno e também, logicamente, devido aos constrangimentos financeiros da própria autarquia. -----

---- Continuando a sua intervenção, falou depois sobre o alojamento ilegal que grassa por Terras de Bouro e a falta de fiscalização, assumindo este assunto muita importância devido à conjuntura económica que se vive. O Senhor Deputado disse ainda que não é, realmente, da competência da Câmara Municipal controlar estas situações, mas será de encaminhar para quem de direito. A falta de qualidade do alojamento tem consequências muito nefastas para o turismo, levando ao aumento do desemprego e ao lógico encerramento de algumas unidades de hotelaria. -----

---- De seguida, o Senhor Deputado Vítor Mendes questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto da situação relativamente ao projecto de arranjo das margens da albufeira da Caniçada, a iluminação da ponte em Rio Caldo, na zona do Alqueirão, e ainda se o bar do edifício da fronteira, na Portela do Homem, vai ser concessionado a curto prazo. -----

---- Por último e neste período, o Senhor Deputado Vítor Mendes felicitou a autarquia pelo sucesso da presença de Terras de Bouro na Feira de Nanterre, alertou a Câmara Municipal para aquilo que classificou e cita-se "necessidade de zelar pelos interesses de Terras de Bouro, face à época de incêndios que se aproxima", fim de citação, e concluiu, informando que já foi anunciado e publicado em Diário da República o concurso público para a requalificação do Centro de Saúde de Terras de Bouro. -----

---- De seguida pediu novamente a palavra o Senhor Deputado Alexandre Pereira, que lhe foi concedida pelo Presidente da Assembleia, para colocar o seguinte assunto: A Câmara Municipal, na sua revista turística, faz publicidade a estabelecimentos de alojamento e de hotelaria que não estão legalizados ou não se encontram em situação legal. Questionou se o Senhor Presidente da Câmara concorda com esta situação e que medidas tenciona adoptar para resolver esta contradição. -----

---- Posteriormente, pediu a palavra o Senhor Deputado Agostinho Moura para esclarecer que nunca falou com o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a necessidade de uma homenagem ao Prof. Emídio Ribeiro e quanto ao facto de este não viver no Gerês será que lhe retira algum mérito, questionou, lembrando ao mesmo tempo as qualidades altruístas do geresiano homenageado. -----

----- Relativamente à presença do Município em Nanterre, o Senhor Deputado Agostinho Moura felicitou também o Senhor Presidente pela iniciativa, pela promoção e pela recepção que a delegação teve em terras francesas. -----

----- Prossequindo a sua intervenção, colocou várias questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, destacando: depois do êxito no concurso das "7 Maravilhas Naturais de Portugal" já há algum "feedback" desta situação? Em que ponto está o projecto "Naturparque"? Na Casa do Latim, em Covide, está a funcionar um curso de informática ou uma empresa ligada à informática e em que moldes? As obras de requalificação para o Posto de Turismo de Rio Caldo serão para breve? Qual o ponto da situação da revisão do PDM? A marcação da estrada em S. João do Campo será para breve? E por último, nesta fase, se a limpeza da encosta da Boavista, na Vila do Gerês, se irá efectuar já que, apesar de ser um terreno particular, a Câmara Municipal deveria tomar medidas devido ao mau aspecto que esse "matagal" dá ao centro da vila termal, concluiu. -----

----- Assumiu a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Gonçalves, e sobre o tema das homenagens, referiu que outras pessoas mereceriam actos de reconhecimento e falou do Senhor Ivo Monteiro, geresiano, fundador do Partido Socialista e dos Bombeiros em Terras de Bouro, sendo que, este último facto com a curiosidade de, na altura, estarem mesmo sedeados na própria Vila do Gerês. Será importante sublinhar estes factos, pois, a crise que se vive também é uma crise de valores e nunca é de mais enaltecer aqueles que por actos ou palavras contribuem ou contribuíram para o concelho de Terras de Bouro, sublinhou o Dr. Ricardo Gonçalves. Mais afirmou que há pessoas, como o próprio Ivo Monteiro, que estão ou estiveram na política e nos partidos sem querer nada e, no entanto, hoje os partidos estão muito mal vistos e os próprios políticos são maltratados, quando se sabe, que numa sociedade que se quer democrática e desenvolvida, o papel destes é preponderante, frisou. Outras homenagens e iniciativas do género poderão acontecer, disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quando tal se revelar oportuno, apelando nesse sentido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Óscar Rodrigues, que começou por recomendar um certo cuidado com o "processo" das homenagens, pois, será sempre muito difícil homenagear todos os potenciais "candidatos" e não se deve cair na vulgaridade de homenagear pessoas por tudo e por nada. É necessário rigor e um amplo consenso quando se homenageia alguma personalidade do concelho. -----

*Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves*

---- Continuando, referiu o facto de este ano o feriado do "25 de Abril" coincidir com a tradicional segunda-feira de Páscoa, dia de visita pascal em algumas freguesias do concelho, nomeadamente na sede do concelho. Por isso, compreende que o Executivo não tenha optado por realizar algum evento comemorativo do «Dia da Liberdade» já que a tradição católica se impõe. -----

---- Prosseguindo a sua intervenção, questionou se o financiamento para as obras no Centro de Saúde de Terras de Bouro já é oficial. Questionou também sobre a redução da receita municipal imposta pelos PEC e qual será o montante dessa redução que certamente acarretará dificuldades acrescidas para o Município. Os constrangimentos a que o concelho é submetido, tanto a nível dos normativos que regem o território (PDM, POPNPG, POAC, REN, RAN, etc.) como a nível da receita municipal, obrigam a um esforço de procura de soluções e também de rigor financeiro. Sugeriu que para enfrentar estas dificuldades financeiras, o Município deve investir na atracção e procura turística, importante forma de angariar receitas num concelho economicamente frágil como o nosso. O Senhor Deputado Óscar Rodrigues terminou esta sua intervenção com um alerta para a anunciada redução nos meios de combate aos incêndios e de como isso poderá ser muito grave para Terras de Bouro. -----

---- A intervenção seguinte foi da autoria do Senhor Deputado Guilherme Alves que começou por referir a importância do projecto AQUACAVADO, para Terras de Bouro e mais concretamente para a freguesia de Valdosende e apelou para que esse projecto se concretize o mais rápido possível. -----

---- Prosseguindo, aludiu ao facto das obras de requalificação do Centro de Saúde de Terras de Bouro serem uma realidade para breve, já que o contrato de financiamento foi publicado em Diário da República no passado dia cinco de Abril. Sobre esta mesma matéria, o Senhor Deputado Guilherme Alves agradeceu as intervenções dos Senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal nas reuniões que mantiveram com o Senhor Director da Administração Regional de Saúde do Norte. Só desta forma perseverante, sublinhou, podemos defender os interesses de Terras de Bouro e da sua população e como seria importante que todos lutassem da mesma forma para que isso aconteça. Ainda sobre esta matéria, o Sr. Deputado Guilherme Alves referiu que em dois mil e nove existiam três médicos para mais de quatro mil doentes e agora, em dois mil e onze, só na sede do concelho estão três médicos além dos clínicos destacados para a extensão do Centro de Saúde de Rio Caldo. Mais salientou que a saúde em Terras de Bouro não se restringe actualmente ao Centro de Saúde, pois as medidas e acções implementadas, nomeadamente junto das escolas,

como o programa da higiene oral, e outras junto da comunidade fazem com que as valências da área da saúde estejam, presentemente, implementadas junto das populações e de quem mais precisa como nunca estiveram no nosso concelho. Assim, sublinhou também as visitas domiciliárias de cuidados próximos de saúde, que funcionam também aos feriados e fins de semana, os tratamentos de cuidados continuados implementados que já “estão no terreno”, o plano nacional de saúde em aplicação no campo escolar, as consultas de nutrição, as consultas de amamentação e ainda o acompanhamento dado pela Assistência Social que agora está presente também diariamente em Terras de Bouro. Por tudo isto, a saúde em Terras de Bouro não está tão mal como alguns políticos querem fazer passar, concluiu. -----

----- Sobre esta última matéria, o Senhor Deputado Óscar Rodrigues pediu a palavra para referir que algumas das campanhas da saúde, nomeadas pelo Senhor Deputado Guilherme Alves, já tiveram o seu início em dois mil seis, prosseguindo até ao presente, não sendo por isso novidade. -----

----- A intervenção seguinte foi da autoria do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que aludiu ao novo Plano de Ordenamento do PNPG como algo que não pode ficar esquecido face à influência que tem na vida das populações de Terras de Bouro, nomeadamente com a alteração de conceitos que permite introduzir ao nível de residência e eventuais taxas a pagar. Sobre este assunto, salientou a deslocação do Senhor Presidente da Câmara Municipal a Lisboa para ter uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, onde esta questão foi discutida e parcialmente resolvida. O plano de ordenamento em causa não respeita os residentes nem as populações abrangidas e a Câmara Municipal tudo deve fazer para que os candidatos a deputados para as próximas eleições incluam nas suas acções uma forma de se referendar o documento em causa. Mais realçou de que o facto do Sr. Director do PNPG ser também director das Áreas Protegidas do Norte também não beneficia em nada esta causa, já que lhe retira autonomia e ao mesmo tempo como que lhe condiciona os movimentos, frisou o Senhor Dr. Ricardo Gonçalves. A realidade, continuou, é que os meios humanos e até materiais do PNPG estão, em alguns casos, subaproveitados e devia ser colmatada a ausência destes em alguns casos com a adopção de uma política de proximidade. Concluiu a sua intervenção, afirmando que o próximo congresso da ANMP poderá servir colocar esta e outras questões, alertando assim para as realidades que interessam às populações das áreas protegidas. -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

----- De seguida, iniciou a sua intervenção e conseqüente período de respostas e esclarecimentos aos senhores deputados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que ao Senhor Deputado Alexandre Pereira e sobre a questão dos subsídios na Área Social disse que se tratam de opções políticas que se regem por aquilo que acha que melhor servem os interesses e as necessidades das pessoas de Terras de Bouro. Os apoios serviram para atenuar as carências nas habitações dos munícipes que solicitaram o apoio. Esclareceu que esse apoio obedece a um rigoroso processo elaborado pelos serviços técnicos da Acção Social do Município e só é apoiado quem realmente necessita. Na verdade, se não se apoiasse ninguém e tudo acabasse em Terras de Bouro, talvez o Senhor Deputado Alexandre Pereira seria o primeiro a criticar as opções do Executivo Municipal, ressaltou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. A propósito dos apoios económicos que a Câmara Municipal atribui a diversas instituições culturais e desportivas do concelho, o Senhor Presidente esclareceu que alguns apoios poderão vir a ser reformulados se tal se entender necessário face à conjuntura económica actual. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente do Município frisou que se o Executivo não tivesse aumentado cerca de cinco vezes, sublinhou, o subsídio mensal à Banda de Música de Carvalheira, esta entidade centenária, que tanto já dignificou e dignifica o concelho e os terrabourenses, poderia já não existir e certamente correriam muitas críticas sobre a actuação do Executivo. Mais referiu a atribuição de dois mil euros à Associação Desportiva de Terras de Bouro para aquisição de novos equipamentos e mobiliário para os seus balneários, o que entendeu ser uma boa medida, assim como de igual forma a atribuição de quinze mil euros ao Grupo Desportivo do Gerês para o arranjo do telhado e de espaços nos seus balneários, apoios que o Município entendeu serem necessários e importantes, frisou. O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu também a redução das despesas com as Festas Concelhias, que este ano terão apenas quatro dias e não cinco como era usual, tudo em nome de uma política económica realista e que dá primazia aos apoios sociais sem descurar outras vertentes, mas há prioridades, sublinhou o Senhor Presidente, não deixando ainda de salientar que é para si uma honra apoiar as instituições do concelho que dignificam e levam bem longe o nome de Terras de Bouro e do Gerês. -----

----- Continuando a sua intervenção e ao Senhor Deputado Vítor Mendes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que o assunto da ligação do Município com a Escola Profissional Mara Terra Verde (EPATV) poderá e deverá ser agendado para uma próxima reunião desta Assembleia Municipal de forma a definir o futuro

dessa relação. Já no que diz respeito à fiscalização do alojamento ilegal no concelho, não é, realmente, uma competência da Câmara Municipal tal fiscalização, mas sim doutras instituições. Contudo, reconhece que a Câmara Municipal pode ter um papel importante na legalização das situações e que a oferta de alojamento ilegal prejudica quem trabalha legalmente, prejudicando também o concelho e o país. O Senhor Presidente comprometeu-se a abordar este assunto junto das autoridades e junto daqueles que estão a trabalhar de forma ilegal de modo a regularizar a sua situação. Sobre o arranjo das margens da albufeira da Caniçada, o Senhor Presidente informou que o projecto para a praia fluvial do Alqueirão está em fase de conclusão, pelo menos é essa a indicação do senhor arquitecto Vítor Mogadouro, responsável pelo projecto de arquitectura, e acrescentou que, na mesma zona, talvez avance antes do Outono a iluminação da ponte, apenas na parte do tabuleiro. No que diz respeito à concessão do "Bar da Fronteira", o Executivo em permanência tomou a opção de concessionar a exploração daquele bar a um casal jovem do concelho, estando prevista a abertura para o mês de Maio. A concessão é em regime de contrato de aluguer e que durará por dois anos, com possibilidade de renovação, mediante o pagamento mensal de cinquenta euros, com os arrendatários a terem a responsabilidade de executar todas as obras no edifício, que ainda são muito significativas. O Senhor Presidente aproveitou para informar que a empresa responsável pelas obras no edifício da Fronteira da Portela do Homem entrou em falência, tendo ficado muitas obras por realizar. Esse facto obrigaria a Câmara Municipal a concluir as obras e a mais despesas. Com a concessão do "Bar", a Câmara não realizará as obras que faltam e usufruirá de mais um espaço aberto ao público, uma vez que os concessionários estão obrigados a manter em funcionamento a "Galeria dos Miliários", situada no rés-do-chão daquele edifício. O Senhor Presidente concluiu que a concessão foi uma boa solução.-----

----- Sobre este último assunto, pediu a palavra a Senhora Deputada Filomena Araújo para questionar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a sua posição pública, quando integrava o Executivo entre dois mil e um e dois mil e cinco, defendendo a abertura de um concurso público para o Bar da Fronteira, o que agora não aconteceu, pois não houve concurso público, mas a entrega directa a um concessionário. -----

----- O Senhor Vereador Dr. António Afonso também pediu a palavra para referir que em dois mil e três, então na oposição, o Senhor Dr. Ricardo Gonçalves e o Senhor

*Ricardo Manuel Ferreira Gomes*

Presidente da Câmara votaram a favor da abertura de um concurso público para a atribuição da concessão do referido "Bar da Fronteira". -----

----- Sobre estas últimas declarações interveio então o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que a situação presente é muito diferente da de dois mil me três, pois agora há obras por realizar e um espaço, que é a Galeria dos Miliários, para estar aberto ao público e que o concessionário actual se comprometeu a realizar as obras e manter aberto o espaço e ainda paga uma renda mensal, o que não acontecia no passado, pois o "Bar da Fronteira" foi entregue a um concessionário sem qualquer obrigação por parte deste, nem renda pagava. Por isso, concorda totalmente com o procedimento adoptado pelo actual Executivo em permanência, pois evitou despesa para o Município, conseguiu abrir um espaço municipal, tem receita com a renda e ajudou um jovem casal do concelho. -----

----- O Senhor Presidente do Município voltou a usar da palavra para concordar e reforçar as últimas palavras do Senhor Presidente da Assembleia. Efectivamente, quanto ao "Edifício da Fronteira", tudo se passou e se passa como foi atrás esclarecido pelo Dr. Ricardo Gonçalves. Por isso, tem a certeza de que o Executivo em permanência actuou de forma a salvaguardar os interesses do Município e dos Municípes. -----

----- Seguidamente e sobre a Feira de Nanterre, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as palavras dos Senhores Deputados Agostinho Moura e Vítor Mendes e disse que foi, realmente, um sucesso, sobretudo pela divulgação e pela recepção que o Município teve no certame francês e onde também tiveram oportunidade de, durante cerca de uma hora, na Rádio Alfa, falar sobre Terras de Bouro e o Gerês naquela que é a estação de rádio mais ouvida na região parisiense pela comunidade portuguesa, sublinhou. Assim sendo, é sem dúvida uma presença para repetir, já que o custo total da deslocação, cerca de 2.900,00 euros, se justifica plenamente face ao impacto e à visibilidade que a Feira de Nanterre proporciona. Mais frisou o Sr. Presidente do Município que as vendas de produtos e a natural experiência que se tira destes eventos, onde estabelecimentos como o "Cantinho do Anticamente" e outros retiram os seus dividendos, promovem assim o que já estão a produzir, contribuindo desta forma a Câmara Municipal para esse desenvolvimento. -----

----- No que diz respeito à época de incêndios, o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciou a realização de reuniões com os Bombeiros e a Protecção Civil Distrital para consertar estratégias que possam, da forma mais eficaz possível, conduzir a um seguro combate a essa praga que, infelizmente, se aproxima. Quanto

às obras no Centro de Saúde, confirmou, de facto, o valor de um milhão e cem mil euros que, em boa hora, chegam para melhorar as condições e o acesso aos cuidados de saúde pelos terrabourenses, como todos desejamos. -----

----- Centrando-se sobre a intervenção do Senhor Deputado Agostinho Moura, o Senhor Presidente referiu como surgiu a ideia de homenagear o Prof. Emídio Ribeiro, já que foi através de um contacto do Prof. Elísio de Carvalho, aluno e autor da fotobiografia do ilustre médico e professor universitário, entretanto falecido e ainda com o Executivo anterior que surgiu esta ideia e a verdade é que foi já o actual Executivo que assumiu e cumpriu a palavra, realizando assim esta justa homenagem, com a cerimónia e a edição da fotobiografia, que orçou em cerca de dezoito mil euros, com a certeza de que, desta forma, a Câmara Municipal viu reconhecida a sua palavra e a sua dignidade enquanto Instituição que cumpre os seus compromissos, frisou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Ainda sobre este assunto informou os presentes de que tanto a Ordem dos Médicos como a Câmara Municipal de S. João da Pesqueira recuaram nas suas intenções de participar a homenagem, ao contrário, como já referiu, da posição assumida pela Câmara Municipal de Terras de Bouro e para concluir esta temática disse ainda que concorda também com os nomes propostos aqui hoje para eventuais homenagens no futuro. -----

----- Prosseguindo, o Senhor Presidente do Município apresentou um “feedback” da vitória do PNPG no concurso das “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, salientando que foi feita publicidade na “Queima das Fitas” em Coimbra, assim como reportagens muito interessantes nas revistas “Lux” e “Itinerante”, elucidativas do interesse que a vitória alcançada tem demonstrado. -----

----- Quanto à Casa do Latim, em Covide, neste momento encontram-se quatro jovens licenciados em Informática a utilizar as instalações, cedidas a uma empresa do ramo, sendo dois dos jovens licenciados de Terras de Bouro. A cedência deste espaço municipal a uma empresa de Informática é uma forma de rentabilizar as infra-estruturas existentes e de favorecer o emprego qualificado. Sobre o processo “Naturparque”, como todos sabem, o projecto foi reformulado. Na verdade, numa reunião na CCDRN, o Dr. Vítor Peixoto e o próprio Presidente foram informados de que o projecto era muito caro para tantos estudos e projectos e que deveria ser reformulado. Foi o que se fez. A reformulação já foi entregue nos Serviços da CCDRN tendo em vista a sua possível e mais rápida aprovação. Ainda sobre esta matéria, o Senhor Presidente do Município informou que desde 2009 o ON2 já tinha informado

sobre a não aprovação do acesso a Vilarinho da Furna que constava do projecto inicial e agora, questionou, faz sentido fazer a obra se o acesso nem sequer é permitido? Na verdade, apesar da importância que este projecto tem para a zona de Vilarinho da Furna e para o concelho, nesta altura e face às dificuldades permanentes inerentes à concretização do projecto e à crise económica que se vive, não é prioritária a sua implementação. Há outras obras bem mais importantes e urgentes com o fornecimento de água, o saneamento e as estradas, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Relativamente à requalificação do Posto de Turismo de Rio Caldo, ela está enquadrada numa candidatura apresentada na CCDRN, em ligação com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, sendo, sem dúvida, um projecto muito interessante que permitirá uma ligação em rede entre as lojas de turismo instaladas em diversos locais, nomeadamente, no Aeroporto Francisco Sá Carneiro e em Santiago de Compostela. Aguarda-se a aprovação da candidatura para se dar início aos trabalhos. -----

----- No que diz respeito ao PDM, continua-se a ultimar o plano e que, como todos sabem, não depende só da Câmara Municipal, sendo que, o que se pode dizer nesta altura, é que poderá estar para breve uma primeira apresentação oficial do mesmo. Quanto à pintura da estrada no Campo, a obra foi entregue à URBANOP, mas o que acontece é que a empresa em causa tem outras obras a decorrer e espera-se que logo que seja possível assuma os seus compromissos de concluir a obra. Finalmente e quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Agostinho Moura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ainda que a limpeza da encosta da Boavista, na Vila do Gerês, não se afigura de fácil resolução face às características do terreno, que é um talude íngreme e de acesso muito difícil, e face ao facto de ser terreno particular, mas a Câmara Municipal verá o que pode ser feito junto do proprietário. -----

----- Sobre a intervenção do Senhor Deputado Óscar Rodrigues, o Senhor Presidente do Município afirmou que, neste ano, não haverá comemorações do "25 de Abril" por coincidir com a segunda-feira de Páscoa, tendo assim em conta a tradição católica da visita pascal, nomeadamente na sede do concelho. -----

----- Quanto à redução da receita municipal imposta pelos PEC a que o Município de Terras de Bouro está também sujeito, efectivamente tal situação tem provocado grandes constrangimentos orçamentais e tem obrigado a uma análise muito criteriosa no lançamento de obras e de actividades. A única forma de encarar esta situação é reduzir às despesas. Por isso, o Executivo tem reduzido em festas e comemorações,

por entender que não são tão prioritárias. No que diz respeito aos meios de combate aos incêndios e no caso de Terras de Bouro, não se verificará qualquer redução no dispositivo para fazer face a esse flagelo, de acordo com informação que recebeu do Governo Civil de Braga. -----

---- Seguidamente e sobre a intervenção do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme Alves, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou, de facto, a concretização do projecto ÁQUA CÁVADO em Valdosende, referindo, a título de exemplo, a limpeza e requalificação do Parque das Merendas no Chamadouro e também corroborou as declarações do Sr. Deputado relativamente ao “estado da saúde actual” em Terras de Bouro, congratulando-se com as valências em prática e com o financiamento anunciado e confirmado em DRE para as obras no Centro de Saúde da sede do concelho. -----

---- Sobre as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara concordou com o que foi dito em relação ao plano de ordenamento do PNPG e precisamente sobre este assunto informou que se tinha deslocado a Lisboa para um encontro com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente que surtiu os melhores resultados já que, entretanto, foi publicada legislação e informações oficiais que vêm satisfazer, pelo menos em parte, algumas das maiores reivindicações ao novo plano do PNPG, nomeadamente nos conceitos revistos e alterados de “residente” e “pagamento de taxas na Mata de Albergaria”, que já facilitam mais a vida a quem reside na área abrangida pelo PNPG e nos concelhos com territórios no PNPG. Já este mês, no dia 13, chegou aos serviços da Câmara Municipal uma informação do ICNB – PNPG a confirmar a alteração ao conceito de “residente”. -----

---- Sobre a questão dos apoios à recuperação dos lagares de azeite no concelho, o Senhor Presidente esclareceu que a Câmara assumiu uma comparticipação de cerca de mil euros, já que a ATAHCA só assume candidaturas superiores a cinco mil euros, não estando assim vocacionada para os financiamentos em causa. -----

---- Precisamente sobre este último assunto, interveio o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos para referir que a ATAHCA só comparticipa, a fundo perdido, cerca de cinquenta por cento das despesas, sendo os restantes cinquenta por cento da responsabilidade dos proprietários e sempre condicionados a um mínimo exigível e que, como já foi aqui dito hoje, nem sempre se enquadra no que as pessoas pretendem. Além disso, nem todas as freguesias do concelho são abrangidas pelo

*Ricardo Manuel Ferreira Gomes*

apoio da ATAHCA, pois há um plano de intervenção local que está enquadrado num plano mais amplo de carácter regional e onde são alvo de análise as respectivas candidaturas para deliberação sobre financiamento. Mais referiu que a cota a atribuir para a taxa de execução dos projectos é muito baixa ao nível dos programas comunitários. Com o programa *LEADER* as coisas correram melhor, sublinhou, não esquecendo as dificuldades acrescidas pela conjectura actual, o que leva muitos proprietários a desistir das suas candidaturas, frisou o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos. No que diz respeito ao Lagar de Azeite de Valdosende, o Senhor Deputado afirmou que a recuperação do telhado foi feita no âmbito de uma candidatura na ATAHCA, já que contemplava os requisitos mínimos exigidos e é preciso que as pessoas que têm um imóvel para recuperar tenham noção desses requisitos, além do exigido atestado de residência que é emitido pelas Juntas de Freguesia, deixando, o Senhor Deputado, um apelo a todos os Presidentes de Junta para que sejam rigorosos nessas emissões. -----

---- Para concluir nesta fase a sua intervenção, o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos abordou o tema das "homenagens" para sublinhar o seguinte e cita-se: "Terra feliz aquela que gente tão ilustre gerou e isso sim é motivo de orgulho", fim de citação.

---- Seguiu-se o período reservado às eventuais intervenções do público presente, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

---- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ordem de Trabalhos, da qual constam os seguintes quatro pontos com a alteração da ordem atrás introduzida: -----

**Ponto um – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro;** -----

**Ponto dois – Análise e votação de proposta de Desafecção de Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno de vinte metros quadrados no lugar do Cavacadouro, freguesia de Moimenta;** -----

**Ponto três – Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dez.** -----

**Ponto quatro – Análise e votação de Moção, apresentada pelo CDS-PP, de desagrado face ao possível encerramento da Estação dos Correios na Vila do Gerês ou transformação da mesma em Posto de Correios.** -----

----- O Período da Ordem do Dia iniciou-se com a intervenção do Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares que, em defesa da sua honra e bom nome, disse que relativamente às funções que desempenhou na extinta empresa municipal «Geira 2000» nunca foi remunerado, por isso não retirou daí qualquer outro dividendo, tendo única e exclusivamente acesso às senhas de presença que, no fundo, serviam para pagar as suas deslocações e nada mais. Deseja que esta situação fique bem clara e esclarecida, frisou o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, tendo concluído que como membro da Direcção da «Geira 2000» só teve despesas. ---

----- Sobre este mesmo assunto interveio também o Sr. Deputado Agostinho Moura para lamentar alguma má interpretação sobre algo que tenha dito anteriormente sobre este assunto e, cita-se: “Acredito que o Senhor Avelino Soares nada tenha ganho com a «Geira 2000», mas houve quem ganhasse e bem.” -----

----- O Período da Ordem do Dia prosseguiu com a apresentação do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: situação económica e financeira do Município. O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou os seguintes valores: 501.491,45 euros em operações de Tesouraria com um saldo existente à data de 196.561,94 euros. Sobre as actividades do Município, pediu anuência para abordar este assunto mais à frente, aquando da apresentação do relatório de actividades. -----

----- Posto à consideração o primeiro ponto, não existiu qualquer intervenção sobre o mesmo. -----

----- Sobre o segundo ponto da agenda, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o assunto, assumindo seguidamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que se justificam a desafecção dos vinte metros quadrados em causa, no Largo do Cavacadoiro, onde está situado um nicho religioso para que a área em causa seja cedida à Igreja local. -----

----- Aberto o período de inscrições, não se registaram inscrições sobre este ponto e, sendo colocado à votação, foi a” *proposta de desafecção de domínio público municipal*” aprovada por unanimidade. -----

----- Logo de seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o terceiro ponto da ordem de trabalhos: Análise e votação dos “*Documentos de Prestação de Contas relativos a 2010*”, passando de imediato a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu compreensão a todos os membros desta Assembleia pelo tempo que levará a apresentar o relatório de actividades e contas,

mas salientou que este era o primeiro grande momento de prestação de contas à Assembleia Municipal, após o primeiro ano de mandato autárquico. Passa-se a transcrever na íntegra a intervenção do Senhor Presidente: -----

----- “Quando iniciámos o ano de 2010, estávamos longe de imaginar que o país entraria numa profunda crise financeira e económica que já se converteu também numa profunda crise social e política. A partir do primeiro trimestre, o ano de 2010 foi marcado por essa conjuntura de crise que afectou gravemente o país e que continuará certamente a repercutir-se nos próximos anos no orçamento municipal e nos orçamentos das famílias, com o desemprego a assumir a mais grave das preocupações. Apesar das dificuldades, não nos alheámos dos problemas no âmbito do emprego e do rendimento económico das famílias. Com o objectivo de atenuar as dificuldades económicas das famílias, concretizámos as seguintes actividades: Apoiámos a efectivação de Cursos de Educação e Formação de Adultos, alguns estágios profissionais e criámos vários postos de trabalho. Todos sabemos ou reconhecemos que o emprego é o maior bem social. Lutar pelo emprego e pela sua preservação é um dever dos autarcas. Foi o que fizemos. Só lamentámos não termos podido fazer mais. (Se tivéssemos dispensado pessoal seríamos acusados de atirar para a miséria várias famílias! Diriam que fomos indiferentes ao sofrimento dos que ficaram desempregados...etc.); Promovemos e concretizámos a instalação de uma empresa de informática na Casa de Latim, em Covide, criando 4 postos de trabalho para jovens qualificados; Contactámos e incentivámos empresários para investirem no nosso concelho nas mais diversas áreas (turismo: a empresa Rodrigues e Névoa; centros de inspecções de veículos: dois promotores, tendo um desistiu e outro (TOP – de Frossos, Braga) está a negociar terrenos em Souto; comércio: instalação do Intermarché; indústria: instalação de indústrias no parque industrial de Moure; Apoiámos tecnicamente a elaboração de projectos no âmbito da agro-pecuária e do turismo rural e vários desses projectos foram aprovados e financiados pelos fundos comunitários; Criámos um Gabinete de Apoio ao Agricultor eficaz, que ao longo de 2010 elaborou, gratuitamente, cerca de 830 candidaturas ao Pedido Único 2010 e ao PAS (Pedido de Apoio para as Medidas Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais 2011). São muitos milhares de euros que entram no concelho para apoiar os nossos agricultores e melhorar a qualidade de vida das suas famílias. Isto é muito importante pois também é emprego! Consideramos as actividades agro-florestais tão importantes como o turismo para a manutenção e criação de emprego e para a fixação das populações. -----

----- No domínio da Acção Social, além do emprego e do rendimento económico das famílias, outra grande preocupação das nossas decisões políticas ao longo de 2010 foi a «Acção Social». Tudo se exige à Câmara Municipal, muito mais em momentos de crise como aqueles que estamos a viver, pois é o órgão de poder mais próximo dos cidadãos. Conhecemos as dificuldades e o sofrimento de muitas pessoas e famílias e não ficámos indiferentes. Assim: Apoiámos as crianças, as pessoas idosas e as famílias mais carenciadas em diversas actividades e situações (acção social escolar, transportes, projectos, alimentação, tempos livres, etc.); Apoiámos todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho (com obras, com subsídios, com materiais, com apoios técnicos e humanos); Continuámos e melhorámos vários apoios sociais (apoio à natalidade, apoios escolares, apoio à fixação de jovens através da redução de taxas e elaboração de projectos para habitação, etc.); O espaço onde funcionavam os Serviços Sociais do Município era quase degradante. Por isso, criámos um novo espaço para esse Serviço, agora a funcionar num espaço muito mais apropriado. No sentido de promover uma velhice digna e feliz, a Câmara Municipal dinamizou e apoiou os seguintes projectos e iniciativas: Projecto “Bem Envelhecer”; Actividades recreativas e culturais com os idosos do concelho, destacando-se as colónias de férias e o Encontro Anual da Pessoa Idosa que, em 2010, decorreu integralmente no nosso Concelho, com toda a despesa a ser realizada em Terras de Bouro. Pretendendo dignificar as condições de habitabilidade de famílias com menores recursos económicos, elaborámos projectos de obras, disponibilizámos materiais de construção e/ou apoio financeiro para a realização de pequenas obras de melhorias nas habitações. Refiro também outras actividades neste domínio como: Parcerias e protocolos com o Instituto da Segurança Social de Braga; Estágios profissionais; Apoio à orientação e colocação profissional de desempregados; A importância da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) que resolveu problemas de abandono e negligência parental; violência doméstica; abandono ou absentismo escolar, etc. -----

----- No domínio das acessibilidades, as vias municipais têm sofrido um grande desgaste com o rigor dos últimos Invernos. Procurando solucionar os problemas que foram (e vão) surgindo nas vias municipais, a Câmara Municipal colocou, sempre que as condições climatéricas permitiam, equipas no terreno a repararem os estragos e a melhorar o piso dessas vias. Foram inúmeras as intervenções nesta área por todo o

*Ricardo Manuel Ferreira*

concelho. Procedemos à requalificação de várias vias municipais. Em dois mil e ez, fizemos pavimentações em tapete betuminoso nos lugares da Ermida, Pereiró e Meia Léguas, no acesso e espaço envolvente à Creche de Vilar da Veiga, no acesso e espaço envolvente ao Centro de Solidariedade Social de Valdosende, em Moimenta-a-Nova, em vários locais na sede do concelho (rua do Milímetro, variante da Vila, largo dos Bombeiros, rua da Cruz Vermelha, largo da Corredoura, etc. a sede do concelho estava toda "esburacada" quando tomámos posse), na freguesia de Vilar, na estrada para Brufe, na estrada entre Souto e Chorense, em Rio Caldo, no Campo do Gerês (alargamento da estrada entre o Museu e a entrada da aldeia e pavimentação da rua da Raposeira), etc. Procedemos também ao arranjo de três estradas com piso em terra, dando-lhes as condições necessárias para a circulação automóvel. As estradas Gogide – Santa Cruz, Campo do Gerês – Mata de Albergaria e Central – Rio Caldo sofreram uma intervenção profunda no piso e ficaram, por algum tempo, com boas condições de circulação. Apesar de duas dessas vias se encontrarem dentro da área do Parque Nacional da Peneda-Gerês, foi a Câmara Municipal que tomou a iniciativa e pagou a despesa destes melhoramentos. Procedemos também, em colaboração com as Juntas de Freguesia, à pavimentação em calçada de vários arruamentos no concelho. -----

----- No domínio da água e do saneamento: o abastecimento domiciliário de água é um direito básico das populações. Frequentemente surgem problemas no abastecimento de água em várias freguesias, sobretudo no Verão, o que acarreta situações intoleráveis para os munícipes. Para resolver algumas das situações mais preocupantes, procedemos à reformulação ou ampliação da rede de abastecimento de água nas freguesias de Souto, Carvalheira, Moimenta, Balança, Covide e Gondoriz. E estamos a resolver problemas em Valdosende, Ermida, etc. -----

----- Quanto ao saneamento básico, empenhámo-nos na construção da ETAR de Pereiró, que já se encontra em funcionamento, e na instalação da rede de saneamento nas freguesias de Gondoriz e Souto. No Verão de dois mil e dez fomos confrontados com dezenas de problemas, (nunca pensei que o concelho estivesse tão mal servido nestes serviços). Ainda por cima, alguns problemas, como ETAR em mau funcionamento não se resolvem com facilidade! -----

----- Abordando de seguida a habitação e a urbanização: neste domínio, empenhámo-nos na revisão do actual Plano Director Municipal (PDM) e tudo fizemos para acelerar essa revisão, que continua lenta! Apesar de vivermos tempos de crise e das limitações

impostas pelo PDM, durante o ano de dois mil e dez foram concedidas trinta e três licenças de construção de habitação e um alvará de loteamento para seis habitações. Apoiámos as famílias com dificuldades económicas e todos os jovens e casais jovens do concelho, através da oferta de projectos elaborados pelo Gabinete de Apoio ao Município (GAM) e da redução do valor das taxas e licenças para a construção. O Gabinete de Apoio ao Município elaborou vinte e oito projectos de habitação particular e dezassete projectos para as Juntas de Freguesia e outras Instituições do concelho. Merecem destaque o projecto de requalificação das instalações dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, os projectos das casas mortuárias de Gondoriz, Cibões e Sta. Isabel do Monte, o projecto do novo Centro Social de Chorense, entre outros. Em dois mil e dez, foi possível concluir e aprovar o Plano de Pormenor do Bairro da EDP, em Paradela, Valdosende. Acompanhámos a revisão do Plano de Ordenamento do PNPG através da participação na respectiva Comissão Mista de Coordenação e na discussão pública do documento, manifestando a nossa opinião desfavorável a vários pontos desse documento. -----

---- Sobre o Turismo: para favorecer a actividade turística e/ou divulgar o nosso concelho, apostámos nas seguintes iniciativas e actividades: Dinamização dos equipamentos municipais: Postos de Turismo (apresentação de uma candidatura para a reformulação do Posto de Rio Caldo), Núcleo Museológico e "Porta" do PNPG (actividades culturais e recreativas, exposições e comemorações), Centro Náutico de Rio Caldo (o aluguer dos *fingers* tem diminuído; os passeios de barco mantêm uma boa procura; realizámos um programa de televisão – Verão Total – e o evento Moda Gerês), Centro de Animação das Caldas do Gerês (o Clube de Saúde mantém uma boa procura e dinâmica; o Auditório mantém uma boa utilização ao nível de conferências, animação, reuniões, apresentações e encontros; parte do edificio continua a ser utilizado pela EPATV para cursos profissionais), Casa dos Bernardos (turismo em espaço rural com boa ocupação) e Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos (muito procurado para visitas e trilhos pedestres); Participação no concurso «7 Maravilhas Naturais de Portugal», com o P.N.P. Gerês a ser eleito uma das maravilhas naturais de Portugal. A madrinha da nossa candidatura foi a nossa campeã olímpica Rosa Mota que muito contribuiu para o sucesso da nossa candidatura e para a projecção nacional do nosso concelho e do Gerês; Participação em programas televisivos como o «Verão Total», a «Praça da Alegria» e «Portugal sem Fronteiras»;

Ricardo Manuel Ferreira for. °

Divulgação do nosso concelho em várias revistas e jornais regionais, nacionais e internacionais; Participação na feira-exposição denominada «Bolsa de Turismo de Lisboa», com um novo stand; Reformulação da revista turística municipal - «À Descoberta do Gerês/Terras de Bouro», em vários idiomas: português, francês, inglês, espanhol e alemão. Animação turística: caminhadas na natureza e trilhos pedestres, actividades culturais, desportivas e recreativas, etc.; Co-organização da prova de ciclismo Póvoa de Varzim – Gerês – Terras de Bouro... para divulgar o concelho e a candidatura a Maravilha Natural de Portugal; Promoção da higiene dos espaços (limpeza e recolha do lixo); Incentivo e apoio à construção de empreendimentos turísticos por parte de entidades particulares (candidaturas através da ATAHCA); Outras actividades: Animação de Verão, Feira Romana, Encontro Nacional de Poetas e Moda Gerês; Renovámos a publicidade turística existente nos táxis do concelho; ----

---- Na área da agricultura e da pecuária: criámos um eficaz «Gabinete de Apoio ao Agricultor», que tem sido um êxito, e que oferece os seguintes apoios de forma gratuita: Candidaturas a apoios financeiros, elaboração de candidaturas de projectos, programas de formação e informação, apoio jurídico, organização de eventos (feiras, exposições, visitas, acções de formação), etc. Em dois mil e dez, o GAA elaborou cerca de oitocentos e trinta candidaturas. -----

---- Na cultura e na educação: A educação e a cultura são os alicerces do futuro e as marcas distintivas de uma comunidade. Conscientes da enorme importância destes “valores sociais”, desenvolvemos as seguintes iniciativas: No domínio da Cultura, realizámos obras de requalificação no Museu de Vilarinho da Furna, apoiámos os grupos de teatro do concelho, proporcionámos espectáculos de teatro em Rio Caldo e Terras de Bouro e publicámos três livros: *Terras do Conto*; *Recordando o Prof. Emídio Ribeiro*; *Terras de Bouro: cem anos de adversidades*. Concretizámos a Feira-Mostra de S. Martinho, o Encontro de Coros de Natal e Reis, o Fim-de-semana Gastronómico, as Comemorações do 25 de Abril, o Dia Internacional dos Museus, o VIII Encontro de Tocadores de Concertina e Cantares ao Desafio, as Festas Concelhias, o X Encontro Nacional de Poetas, as Jornadas Europeias do Património, o Dia Mundial do Animal, as Comemorações do Centenário da República e as Comemorações memoráveis do Dia do Município. Apoiámos a realização das Marchas dos Santos Populares e os Concertos nas Portas do PNPG. No domínio da Educação, colaborámos com as actividades educativas das nossas escolas e Agrupamento (s); melhorámos as condições físicas de ensino e de aprendizagem nas escolas através de obras e de materiais; organizámos os transportes escolares e evidenciámos a nossa preocupação

com a segurança dos nossos alunos (para isso, adquirimos um mini-autocarro de 20 lugares e uma carrinha de 9 lugares, novos, da marca Mercedes, que custaram 98.000,00 €; recentemente adquirimos outro mini-autocarro da mesma marca); fornecemos refeições às crianças do Ensino Pré-Escolar (refeições nas próprias instalações escolares, que era um pedido com vários anos por parte dos pais; para isso, dotámos os jardins-de-infância e as escolas com todas as condições: máquinas de lavar louça, mobiliário, louças, etc.); organizámos o concurso de professores para as Actividades de Enriquecimento Curricular, que era feito pela Escola Profissional Amar Terra Verde; organizámos e dinamizámos o programa «ATL de Verão» e colónia de férias "Júnior", com enorme sucesso; promovemos a "Acção Social Escolar" no ensino básico e secundário: participação no pagamento dos manuais escolares e das refeições, apoio psicopedagógico, apoio específico aos alunos com necessidades educativas especiais; apoiámos as actividades de enriquecimento curricular na sala de aula e no exterior (aquisição de manuais de língua inglesa, transporte dos alunos para diversas actividades, como visitas de estudo, provas desportivas, etc.); apoiámos os alunos do ensino superior (apoio aos alunos conforme o regulamento municipal para o efeito); promovemos e apoiámos os cursos de Educação e Formação de Adultos. Parece-nos oportuno referir que, no início do ano lectivo de dois mil e dez, onze, os Agrupamentos de Escolas do Vale do Homem e de Rio Caldo fundiram-se e passaram a formar o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. Foi uma decisão do Ministério da Educação que não agradou à autarquia nem aos responsáveis pelos dois agrupamentos. Continuamos a considerar que se tratou de um processo unilateral e de nítida prepotência por parte da tutela. Lamentamos a forma como a autarquia foi tratada neste processo, ao ser marginalizada ou afastada da discussão, não tendo merecido qualquer palavra de explicação ou justificação por parte do Ministério da Educação. Em momento algum foi solicitado ao Município qualquer parecer, contrariando a legislação em vigor, e não foi possível agendar uma reunião para abordar o assunto com os responsáveis da DREN ou do ME. Só depois da decisão estar praticamente tomada, foi possível uma reunião com o Director Regional da Educação do Norte, com os Secretários de Estado da Educação e com a Ministra da Educação, no Porto. Embora os responsáveis políticos tenham manifestado compreensão e abertura durante a reunião para a situação da distância entre as escolas em Terras de Bouro e para outros argumentos que a autarquia colocou, a verdade é que, lamentavelmente, não alteraram a decisão. -----

----- Sobre desporto e tempos livres: No sentido de fomentar a prática desportiva, melhorar a qualidade de vida das pessoas, proporcionar momentos e locais de ocupação de tempos livres e de férias escolares, a Câmara Municipal concretizou as seguintes iniciativas ou actividades: Apoio financeiro aos clubes do concelho que fomentam a prática desportiva regular (G. D. Gerês, A. D. Terras de Bouro, G. D. Rio Caldo e Núcleo Rio Homem); Realização do Torneio Concelhio de Futsal; Caminhadas na Natureza; Prova de ciclismo entre a Póvoa de Varzim e Terras de Bouro; Organização de um programa infanto-juvenil, durante as férias escolares do Verão (ATL de Verão) que mereceu os maiores elogios. -----

----- Sobre o ambiente e a requalificação de espaços públicos: a preservação do ambiente é e será uma preocupação constante do Executivo municipal. Neste sentido, apoiámos todas as iniciativas e actividades no âmbito da educação ambiental promovidas na Porta do PNPG do Campo do Gerês pela ADERE PG, pelas escolas do concelho ou de outros concelhos; celebrámos o Dia Mundial do Ambiente com crianças e jovens; aceitámos a parceria com outras entidades para as actividades de reflorestação previstas nas áreas ardidadas no nosso concelho. Apostámos na limpeza e higiene de espaços públicos, como parques de merendas e praias fluviais. Procedemos ao arranjo de vários espaços públicos, o que evidencia a nossa preocupação em embelezar o concelho e em contribuir para o bem-estar das pessoas residentes e das que nos visitam. Melhorámos significativamente os jardins na sede do concelho, colaborámos na pavimentação do largo junto à Capela de Santa Marinha, no lugar da Ermida, arranjámos os largos do Alqueirão e da Batoca, em Vilar da Veiga, e alguns largos junto à estrada nacional em Covide. Já estão terminados os arranjos de alguns espaços públicos na freguesia de Sta. Isabel do Monte. Procedemos também à limpeza de estradas (fizemos dezenas de quilómetros de limpezas de bermas) e de espaços para as festas de todas as freguesias. Promovemos a instalação da ETAR de Pereiró que vem resolver um grave problema ambiental na área a que vai prestar serviço. -----

----- Quanto ao património arquitectónico e cultural: a fim de contribuirmos para a preservação do património arquitectónico e cultural do nosso Concelho, prestámos o seguinte apoio técnico e financeiro: Conservação do património concelhio constituído pelas igrejas e capelas (apoio técnico e financeiro de cinco mil euros para as intervenções na igreja da Ribeira e capela de Padrós), espigueiros e moinhos (apoio na elaboração de vários projectos para submeter aos fundos comunitários através da ATAHCA), lagares de azeite (apoio através do fornecimento de materiais para a

recuperação dos lagares de azeite de Valdosende e Vilar da Veiga); Recuperação das escolas primárias para actividades das Juntas de Freguesia, como actividades culturais e recreativas (Vilar) e de formação (Seara - Rio Caldo e Quintães - Balança), ou para habitação de famílias carenciadas (Gondoriz e Ribeira). -----

----- Já na área da Protecção Civil, Segurança e Saúde: a nível de protecção civil, o ano de dois mil e dez ficou marcado pelos graves incêndios que assolaram o nosso concelho e evidenciaram a ausência de medidas de prevenção e de planos de intervenção no terreno por parte da entidade que gere o território: o ICNB. A Câmara Municipal colaborou com recursos financeiros, técnicos e humanos no combate aos incêndios e foi elogiada pela eficácia no apoio prestado. O Gabinete de Protecção Civil do Município procedeu à recolha e tratamento de dados relativos aos incêndios de dois mil e dez; à actualização do Plano Municipal de Emergência (PME); ao acompanhamento de simulacros realizados por diversas entidades; ao tratamento de dados relativos a acidentes rodoviários ocorridos no Município de Terras de Bouro; e à participação nas reuniões distritais da Protecção Civil e da Segurança Rodoviária. O Município apoiou o funcionamento de uma brigada de sapadores florestais que trabalha na prevenção de riscos de incêndio e na preservação da natureza. Em Junho de 2010, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro comemorou as Bodas de Prata da sua fundação. A Câmara Municipal ofereceu a essa nobre Instituição uma nova ambulância... que possui um equipamento moderno e eficaz na assistência a feridos e doentes. Deste modo, contribuiu para melhorar as respostas de socorro dos Bombeiros no auxílio à população do concelho. Relativamente à Saúde, disponibilizámos meios humanos e transportes para visitas ao domicílio dos profissionais de saúde, mantendo um espírito de colaboração com os Centros de Saúde do Concelho. Lamentámos que os serviços de saúde no concelho não tivessem, em dois mil e dez, a qualidade que as pessoas merecem, devido, sobretudo, à falta de profissionais (médicos e enfermeiros). Associamo-nos à Liga Portuguesa Contra o Cancro e em Novembro e Dezembro desenvolvemos acções de prevenção e diagnóstico do cancro da mama, disponibilizando transporte. -----

----- Sobre o apoio a instituição do concelho: concretizámos o apoio técnico, financeiro ou material a diversas Instituições e Associações Culturais e Desportivas: Banda Musical de Carvalheira: só com o apoio muito reforçado da autarquia (que passou de cerca de seis mil e quinhentos euros por ano em dois mil e nove para dezoito mil euros

*Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves*

por ano em dois mil e dez) foi possível contribuir para a manutenção e melhoria significativa da nossa Banda centenária; Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro (apoio mensal de dois mil e quinhentos euros); Delegações da Cruz Vermelha (apoio anual de três mil euros para cada Delegação); Associações Culturais (Balança, Carvalheira, Ribeira, Chamoim, Paradela) e Desportivas (G. D. Gerês, A. D. Terras de Bouro, G. D. Rio Caldo, Núcleo Rio Homem, Associação Lírio do Gerês). -----

----- Sobre os serviços municipais: para melhorar a eficácia dos serviços municipais, continuámos o processo de modernização da gestão e administração municipal, através da simplificação dos procedimentos e do maior aproveitamento das novas tecnologias. A propósito das novas tecnologias, melhorámos o "sítio" do município na Internet. Para proporcionar um efectivo apoio ao munícipe, a Câmara Municipal disponibilizou (e disponibiliza) os serviços dos seguintes gabinetes: Gabinete de Apoio ao Agricultor (GAA): elaboração de candidaturas e prestação de outros serviços no âmbito da agricultura, pecuária e florestas. Em dois mil e dez, o GAA elaborou oitocentos e trinta candidaturas; Gabinete de Apoio ao Investidor (GAI): apoio na elaboração de candidaturas de particulares aos fundos comunitários no âmbito do PRODER, através da ATAHCA. Internamente, o GAI elaborou e acompanhou o financeiro de candidaturas municipais no âmbito do QREN (ON2 e CIM Cávado) nas seguintes obras: beneficiação da rede viária municipal; pavilhão municipal; piscina municipal; rede de lojas interactivas/centros de informação turística; construção do parque da vila de Terras de Bouro; *Natur* Parque de Vilarinho da Furna, entre outras; Gabinete de Apoio ao Munícipe (GAM): elaboração de projectos para munícipes carenciados e para instituições (Juntas de Freguesia, Associações, Centros Sociais ou de Solidariedade Social, etc.). O GAM elaborou quarenta e cinco projectos em dois mil e dez. O Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE): presta apoio aos munícipes emigrados ou em vias de regressarem ao seu país, em áreas como a segurança social, a equivalência e/ou reconhecimento de habilitações académicas, assuntos de natureza jurídica, formação profissional e legalização de veículos, entre outros; Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ): presta informações e apoio aos munícipes em situações de interpretação das leis, em situações administrativas, na apresentação de exposições, nos diferendos e conflitos provocados por obras particulares, etc. A Câmara Municipal ainda disponibiliza apoio na mediação de conflitos de consumo através de mediação, conciliação e arbitragem e informa os consumidores e agentes económicos dos seus direitos e deveres sobre o mercado de produtos e serviços

(CIAB: Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo – Tribunal Arbitral de Consumo). -----

---- No domínio das obras municipais: para melhorar a eficácia dos serviços municipais, continuámos o processo de modernização da gestão e administração municipal, através da simplificação dos procedimentos e do maior aproveitamento das novas tecnologias. A propósito das novas tecnologias, melhorámos o “sítio” do município na Internet. Para proporcionar um efectivo apoio ao munícipe, a Câmara Municipal disponibilizou (e disponibiliza) os serviços dos seguintes gabinetes: Gabinete de Apoio ao Agricultor (GAA): elaboração de candidaturas e prestação de outros serviços no âmbito da agricultura, pecuária e florestas. Em dois mil e dez, o GAA elaborou 830 candidaturas; Gabinete de Apoio ao Investidor (GAI): apoio na elaboração de candidaturas de particulares aos fundos comunitários no âmbito no âmbito do PRODER, através da ATAHCA. Internamente, o GAI elaborou e acompanhou o financeiro de candidaturas municipais no âmbito do QREN (ON2 e CIM Cávado) nas seguintes obras: beneficiação da rede viária municipal; pavilhão municipal; piscina municipal; rede de lojas interactivas/centros de informação turística; construção do parque da vila de Terras de Bouro; *Natur* Parque de Vilarinho da Furna, entre outras; Gabinete de Apoio ao Munícipe (GAM): elaboração de projectos para munícipes carenciados e para instituições (Juntas de Freguesia, Associações, Centros Sociais ou de Solidariedade Social, etc.). O GAM elaborou quarenta e cinco projectos em dois mil e dez. Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE): presta apoio aos munícipes emigrados ou em vias de regressarem ao seu país, em áreas como a segurança social, a equivalência e/ou reconhecimento de habilitações académicas, assuntos de natureza jurídica, formação profissional e legalização de veículos, entre outros; Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ): presta informações e apoio aos munícipes em situações de interpretação das leis, em situações administrativas, na apresentação de exposições, nos diferendos e conflitos provocados por obras particulares, etc. A Câmara Municipal ainda disponibiliza apoio na mediação de conflitos de consumo através de mediação, conciliação e arbitragem e informa os consumidores e agentes económicos dos seus direitos e deveres sobre o mercado de produtos e serviços (CIAB: Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo – Tribunal Arbitral de Consumo). -----

*Ricardo Manuel Ferrão Jones*

----- Relativamente às juntas de freguesia: por solicitação destas, realizámos inúmeras obras nas freguesias: pavimentações de vias, redes de água e saneamento, recuperação de escolas, abertura de caminhos e vias de acesso, limpeza e arranjo de espaços públicos, alargamento e arranjos de cemitérios, etc. -----

----- Referência ainda para outras actividades: O dinamismo de um Município também se mede por iniciativas menos visíveis, mas úteis. Estamos a dinamizar o Gabinete de Apoio ao Emigrante (com protocolo assinado há cerca de seis anos e que ficou parado). Procedemos à actualização de todos os regulamentos municipais (taxas e licenças, ocupação da via pública, publicidade, cemitérios municipais, urbanização e edificação, apoio à natalidade), alguns deles com mais de vinte anos! Construimos e estamos a melhorar uma nova página web do Município na Internet. Substituímos o boletim municipal de periodicidade mensal por uma revista trimestral. Resolvemos alguns problemas que se arrastavam no tempo e que mostram que também estamos atentos às coisas simples, mas importantes, por exemplo, o estacionamento em frente à Escola Pe. Martins Capela, a colocação de grades de protecção e pavimentação dos passeios no museu da Geira, etc. -----

----- No campo financeiro, as considerações por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal foram as seguintes; O Governo, em dois mil e dez, reduziu a receita do nosso Município em cerca de duzentos e trinta e seis mil euros devido aos cortes nas transferências do Orçamento do Estado para as Autarquias. A receita devida a compensações a que teríamos direito (superior a um milhão de euros) por estarmos integrados numa área protegida – Rede Natura 2000 – continua a não ser atribuída ao Município... Cada vez há menos dinheiro para pagar os compromissos financeiros do passado e as obras necessárias no presente. E sem dinheiro para investir não é possível concretizar as estratégias de desenvolvimento do nosso Concelho. Conscientes da difícil situação económica do Município, que encontrámos quando tomámos posse e que continua devido às implicações da crise económica nacional, decidimos não agravar as despesas do Município com cargos de nomeação política. Neste momento, o Executivo em permanência é constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por uma Vereadora a meio tempo. Há apenas um elemento de apoio para todo o Executivo. É um Executivo muito reduzido (é o mais reduzido que eu conheço) para resolver tantos problemas e solicitações. Tal facto tem exigido de nós um árduo trabalho no dia-a-dia e tem feito com que nos multipliquemos em reuniões, representações, visitas, etc. Relativamente à execução orçamental, verifica-se uma taxa de execução de 66,88% no que diz respeito às Receitas e de 66,57% no que

concerne às Despesas, sendo de 10.211.101,97 euros e de 10.162.559,50 euros, respectivamente. O orçamento do Município inicialmente previsto para dois mil e dez, de 11.784.689,00 euros, foi aumentando ao longo do ano fruto das candidaturas aprovadas (*Aqua Cávado*, Biblioteca Municipal, Piscina Municipal, Requalificação da rede viária e alteração das taxas de comparticipação das candidaturas aprovadas) para 15.266.889,00 euros (+ 3.482.200 euros do que o inicialmente previsto: 721.000,00 euros + 1.749.000,00 euros + etc.). Se o orçamento se tivesse mantido no valor inicialmente previsto de 11.784.689,00 euros teríamos uma execução de receitas de 86,64% e de despesas de 86,23%. Os tempos de crise que vivemos levaram-nos a uma opção política manifestamente assumida: responder ao que é mais urgente e mais necessário. De salientar a boa execução das receitas correntes que apresentam uma taxa de 96,32% face à previsão orçamental. Por último, uma referência à diminuição da dívida do Município a médio e longo prazo. No início do ano de dois mil e dez, o montante dessa dívida era de 5.455.517,94 euros e em 31 de Dezembro de 2010 era de 5.013.020,59 euros. Reduzimos a dívida a médio e longo prazo em 442.497,35 euros, ou seja, cerca de 8,1%. Logo após a nossa tomada de posse (menos de dois meses após), solicitaram-nos diferenças entre o Executivo actual e o anterior. Nessa altura, comentei que ainda era muito cedo para esse balanço. Penso que agora está na hora de apresentar esse balanço, as diferenças centram-se nos seguintes aspectos: Preocupação com os funcionários com ordenados mais baixos: o ordenado mínimo na Câmara é de 530,00 euros e não de 485,00 euros; Preocupação com as obras que resolvam os problemas das populações (pavimentações, saneamento, água) e não com museus. Em momentos de crise demos prioridade às obras mais necessárias; Prioridade aos terrabourenses (advogados, empreiteiros, comerciantes, comunicação social); Diversificação de empresas e firmas do concelho que trabalham para o município; Resolução de problemas de obras (bombas de gasolina em Pesqueiras, caso "Framate", etc.; não temos obras enalhadas: conosco é sim ou não!); Acção social: maior preocupação e apoios; Apoio a instituições: Banda Musical de Carvalheira (passou de 530,00 euros por mês para 2.500,00 euros por mês; GD Rio Caldo (+500,00 euros/mês), Bombeiros (+500,00 euros/mês); Limpeza de espaços públicos: mais eficácia; Revista municipal, em vez de um jornal; Alterámos as compras de veículos da marca Hyundai para Mercedes; a Mercedes está ligada ao concelho, com funcionários do concelho, e que nos tem oferecido boas condições de pagamento das viaturas, em suaves prestações, sem juros. Além destas diferenças

Ricardo Manuel Ferreira Juncos

factuais, há uma de natureza mais subjectiva que nos parece muito importante. Temos governado para todos os terrabourenses e para todas as instituições. Não temos prejudicado ou desprezado ninguém por questões políticas; não ameaçamos com processos judiciais. Alguns munícipes dizem que “agora até se respira melhor”. -----

---- Temos plena consciência de que podíamos fazer mais e melhor. Seria mesmo necessário fazer mais, mas ninguém pode negar o nosso empenho e determinação. Apesar dos constrangimentos orçamentais provocados quer pela diminuição da receita municipal devido à redução das transferências do Orçamento do Estado para as autarquias, quer pelas dívidas do Município a curto prazo que tivemos de liquidar e também os juros e amortizações das dívidas a médio e longo prazo (442.497,35 euros), consideramos ter atingido um desempenho globalmente positivo nas actividades desenvolvidas e na despesa efectuada, pelo que solicitamos a aprovação destes documentos de Prestação de Contas pelos senhores deputados municipais. ----

----- Para finalizar, quero, de forma pessoal (certamente repararam que até agora só utilizei o pronome nós: “nós fizemos, nós ajudámos, nós alterámos, nós pensámos, nós decidimos”, etc.), mas agora falo por mim para referir que o desempenho positivo do município se deve ao esforço e dedicação de muita gente: de muitos funcionários, dos chefes de divisão, do Senhor Vice-presidente, da Senhora Vereadora, do Senhor Secretário do Executivo e dos Senhores Presidentes das Juntas. Quero manifestar o meu agradecimento a todos eles, em especial à Senhora Dr.ª Liliana Machado que, apesar de exercer as funções a meio tempo (e por isso auferir apenas metade do vencimento, e é justo que se diga isto) tem a seu cargo importantes, trabalhosos e difíceis pelouros como a Educação, a Acção Social e o Emprego, e tão boa conta tem dado de todos estes pelouros. Todos devemos reconhecer este esforço e dedicação da Sr.ª Vereadora” – fim de citação e da intervenção do Senhor Presidente do Município sobre o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Aberto de seguida o período de intervenções, apenas interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondoriz para enaltecer o trabalho deste Executivo e afirmar, cita-se: “Este Executivo já veio tarde, já devia ter vindo há mais tempo”. -----

----- Colocado depois à votação, os “*Documentos de Prestação de Contas relativos a 2010.*”, foram aprovado por maioria, com a abstenção de cinco elementos da bancada do PSD que apresentaram uma declaração de voto que se segue transcrita e apensa a esta acta. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos pediu de imediato a palavra para comunicar que a sua abstenção quanto à aprovação dos Documentos de Prestação de Contas se ficou apenas a dever a uma questão da disciplina partidária. -----

----- Precisamente sobre a dita declaração de voto do PSD, que foi lida aos presentes pelo líder da Bancada do Partido Social Democrata, interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que é de todo incompreensível esta tomada de posição face à prestação de contas e situação do Município que foi apresentada. Não nos podemos esquecer, disse, que se a Câmara Municipal registou uma baixa taxa de execução foi porque, ao contrário do Executivo anterior, agora não se recorreu a nenhum empréstimo bancário para fazer face às dificuldades, adoptando-se isso sim uma política de maior rigor e realismo, frisou. Ainda sobre a declaração de voto do PSD, o Senhor Presidente do Município repudiou todas as afirmações que aí são feitas, sobretudo as considerações sobre a nomeação do funcionário Sr. Manuel Martins como “Secretário do Executivo”, já que se tratou de uma situação da mais elementar justiça, face à excelência de um funcionário que é um óptimo elo de ligação do Executivo com as Juntas de Freguesia e que já há muito tempo merecia este reconhecimento. Não se tratou mais do que reparar uma injustiça de longa data, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Quanto à afirmação que consta na parte final da declaração de voto do PSD que diz que foi “um ano em que Terras de Bouro ficou parado no tempo”, o Senhor Presidente da Câmara considerou-a totalmente infundada, injusta e que, a ser verdade, os cinco vereadores do PSD deveriam ter votado contra os Documentos de Prestação de Contas e não terem optado pela abstenção. Mais acrescentou que, se houve tempo perdido em dois mil e dez, foi para pagar os dois milhões de euros de dívidas a fornecedores que o Executivo do PSD deixou de herança ao actual Executivo, e reduzir em 8,1% as dívidas a médio e longo prazo. O que os deputados do PSD deveriam considerar perdido foi o dinheiro, mais de 1.500.000,00 euros, que o Executivo anterior enterrou num museu. -----

----- Ainda sobre este assunto, interveio o Senhor Deputado Tenente-coronel Claudino Ferreira para referir que as críticas do Senhor Presidente da Câmara Municipal à posição do PSD são idênticas àquelas que o PS fez durante anos à governação do então Executivo do PSD. -----

----- Também sobre o terceiro ponto e posições de voto assumidas, falou depois o Senhor Deputado do PCP, Senhor Alexandre Pereira, para dizer que, apesar de ter

votado favoravelmente, as coisas podiam ter corrido melhor. A própria Assembleia Municipal tem um mau funcionamento e, na realidade, não podia ser melhor, já que os Presidentes de Junta, cita-se, “preferem nem usar da palavra, negoceiam nos gabinetes e assim para o PS está tudo bem.” Sem dúvida que teríamos uma Assembleia melhor, prosseguiu, se as posições do PSD fossem outras e de melhor oposição, pois sem uma forte oposição também não há um forte Executivo, sublinhou, concluindo que uma Assembleia Municipal pode funcionar sempre melhor se não existirem e cita-se “guerras abertas e inúteis, só por vingança de posições assumidas no passado”. -----

----- A última intervenção sobre o terceiro ponto foi do Senhor Deputado Agostinho Moura que reconheceu positivamente o actual trabalho deste Executivo e o teste porque este teve que passar no último ano. Com efeito, as mudanças reais na vida dos portugueses são muitas e podem, infelizmente, arrastar-se por muito tempo. Temos que ser realistas, frisou, e reçar o pior de uma foram geral, pois, face à dependência que existe do orçamento de Estado, o Município de Terras de Bouro até teve uma taxa de execução muito razoável, sublinhou o Senhor Deputado Agostinho Moura. -----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quarto ponto da ordem de trabalhos: “Moção de desagrado face ao possível encerramento da Estação dos Correios na Vila do Gerês ou transformação da mesma em Posto de Correio”, documento que foi lido aos presentes pelo Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares, e que de seguida se transcreve: -----

“**MOÇÃO**-----

**Considerando que os CTT – Correios de Portugal, no âmbito das medidas de austeridade definidas pelo Governo para o Sector Empresarial do Estado, tem em execução um plano de redução de custo da empresa para 2011, que contempla, entre outras medidas lesivas dos interesses dos cidadãos, a substituição de uma centena de estações por postos de correios, por forma a reduzir o número de chefias; -----**

**Considerando ainda que, entre esse número de estações afectadas, encontra-se a da Vila do Gerês que, a ser reduzida a um simples posto, passará a não prestar diversos serviços de grande utilidade para os moradores da sua área de intervenção, nomeadamente, no sector dos produtos financeiros, como os certificados de aforro e seguros; -----**

Considerando também que as freguesias de Vilar da Veiga, Rio Caldo e Valdosende são as mais populosas do concelho de Terras de Bouro e as mais distantes da respectiva sede, pelo que tal decisão, a ir avante, obrigará a respectiva população a deslocar-se a Vieira do Minho, Terras de Bouro ou Amares, com todos prejuízos daí resultantes para as suas débeis possibilidades económicas, na maioria dos casos; -----

Considerando, finalmente, que, no caso concreto da Vila do Gerês, cuja estação dos correios, pois já existia nos começos do século XX, como estrutura essencial desta estância de veraneio de renome nacional e internacional que já nesses recuados tempos era, a hipotética poupança no vencimento do actual chefe da estação geresiana é um engodo, na medida em que, sendo o mesmo transferido para Terras de Bouro, como é voz corrente, terá as viagens de 50 km diários e demais encargos suportados pela mesma entidade patronal, não representando, tal decisão, qualquer poupança para a empresa; -----

**PROPÕE-SE:** -----

1 – Que esta Assembleia Municipal, no uso das atribuições e competências, faça sentir, junto do ministério da tutela, a sua discordância total em relação a uma medida que apenas trará prejuízos e inconvenientes de toda a orem para os residentes e turistas que frequentam, habitualmente, a zona do Gerês, agora em processo de relançamento económico; -----

2 – Que esta Assembleia Municipal, como lídima defensora dos interesses e anseios das populações afectadas por tão incompreensível decisão, conhecidos como são os largos milhões de euros em lucros anuais que os CTT registam, só assim, pondendo cobrir os luxuosos vencimentos auferidos pelo Conselho de Administração, de longe bem superiores ao do Presidente da República, conscientes dos inconvenientes dessa medida, dê conhecimento, quanto antes, aos responsáveis dessa empresa pública, da sua discordância, fazendo-lhes ver que não será com as “mígalhas dos pobres” que os CTT irão resolver os seus problemas e que a zona do Gerês, apesar de ser uma das “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, tem indo a ser, de há bastantes anos a esta parte, sistematicamente esquecida pelos diversos governos, aos mais diversos níveis.

Terras de Bouro, 18 de Abril de 2011 -----

O Vogal, -----

Agostinho Dias de Moura -----

----- Aberto de seguida o período de intervenções, interveio o Senhor Deputado Agostinho Moura para afirmar que a apresentação deste documento prende-se com o facto de a administração dos CTT, numa medida de carácter nacional, pretender encerrar e ou transformar cerca de 100 estações dos CTT em meros postos de correios, perdendo algumas das suas importantes valências, como as financeiras, afectando assim a Vila do Gerês. A concretizar-se, os geresianos e restantes pessoas das aldeias vizinhas terão que se deslocar a Vieira do Minho ou a Amares. O que parece, sublinhou o Senhor Deputado, é que a eleição do Gerês a Vila só tem prejudicado a localidade e se fosse hoje e cita-se, "talvez não se empenhasse tanto nisso", fim de citação. Prossequindo, disse ainda ser importante saber a quem se vai entregar, supostamente, a gestão do futuro posto, pois há que ter qualificações e assumir uma posição de confidencialidade sempre muito importante nestas situações, dada a natureza delicada e pessoal dos assuntos em questão. A verdade é que é uma medida que não respeita os Correios do Gerês, que já existem desde os anos de 1920, concluiu o Senhor Deputado Agostinho Moura. -----

----- Sobre este ponto pediu a palavra o Senhor Deputado Óscar Rodrigues para dizer o quão importante será tentar contrariar esta intenção, pois esta medida afecta também o turismo, principalmente no Verão. -----

----- A intervenção seguinte sobre a mesma matéria foi feita pelo Senhor Presidente do Município, que informou os presentes que tem acompanhado este problema com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga e após uma reunião com a responsável dos CTT para o distrito de Braga que, posteriormente, lhe enviou uma informação onde se justificava a medida anunciada para o Gerês com a pretensão de redimensionar a rede de estações dos correios e onde são sugeridas parcerias, ou com a Câmara Municipal ou com a Junta de Freguesia, e se nenhuma das instituições puder assumir essas funções, então irão ser contactados particulares que reúnam condições para assumir o posto de correios. Na mesma informação, referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, é também dito que tal medida se prende com um nível de movimento abaixo do aceitável para um normal funcionamento, garantindo, ainda assim, os mesmos serviços e, sendo assim, não será mais do que a transferência de uma chefia para um local onde esse cargo não existe, ou seja, na estação dos CTT da Vila de Terras de Bouro. Não se trata mais do que uma medida de gestão discutível e prejudicial ao concelho, sublinhou o Senhor Presidente do Município. -----

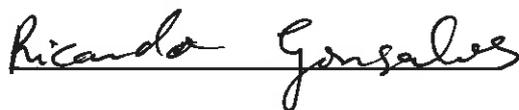
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o quarto ponto à votação, sendo a supra Moção aprovada por unanimidade. -----

----- Ainda na parte final da sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio pela última vez para responder às questões do requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Alexandre Pereira e sobre a cedência da loja no CAT – Gerês. Considera muito bem que tal tenha sido feito a favor de uma instituição como a Cruz Vermelha Portuguesa e o facto de o Sr. Deputado Alexandre Pereira querer comparar a Cruz Vermelha com os outros lojistas diz bastante sobre o teor da sua intervenção, que parece apenas uma questão de teimosia ou de perseguição a uma Instituição útil e importante para o concelho e sobretudo para Vilar da Veiga. -----

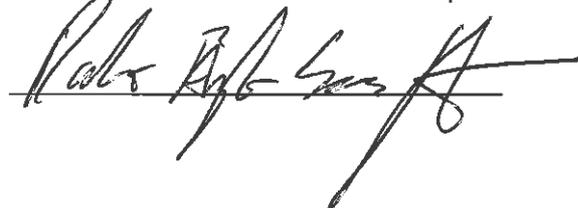
----- Sobre a última intervenção do Senhor Presidente do Município, interveio ainda o Senhor Deputado Alexandre Pereira para dizer que o que se passa no CAT - Gerês é que os passeios são ocupados por alguns lojistas, a loja provisória da Cruz Vermelha prejudica os outros lojistas que assim se vêm obrigados a colocar os seus produtos cá fora e que tal loja nem consta, sequer, do projecto. Esse assunto parece que está com o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Deputado gostava que tal situação fosse esclarecida de uma vez por todas. O Senhor Deputado apresentou ainda uma solução para ajudar a Cruz Vermelha e que passaria por uma contribuição dos lojistas para que assim não pagassem renda à Câmara Municipal.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram 19:00 horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidenta da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal



*Ricardo Manuel Ferreira Gomes***Em anexo: Declaração de voto do PSD****DECLARAÇÃO DE VOTO**

Os membros da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, eleitos pelo Partido Social Democrata, declaram que abstiveram na votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a 2010, pelos motivos que a seguir explicam: -----

1 – Por coerência com a posição assumida aquando da votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010; -----

2 – Pela baixa taxa de execução nas despesas de investimento que representa uma quebra de 1,5 milhões de euros em relação a 2009, ano de eleições com um desempenho de apenas oito meses; -----

3 – Por desilusão na medida em que os Municípes esperavam muito mais de um executivo que tinha feito tantas promessas e acaba por fazer, de uma forma muito pior que o anterior, aquilo que criticara: -----

3.1 – Desde logo, o aumento substancial com as despesas correntes – apesar de nos encontrarmos em crise e de todos os Municípios estarem a diminuir despesas. Não obstante, o Município ter recebido do Estado, em 2010, mais 221.000 euros que no ano passado, esse montante não foi canalizado para despesas de capital que potenciariam o desenvolvimento, limitando-se, o executivo, a uma mera gestão corrente; -----

3.2 – Sobre os cargos de nomeação política, e apesar de o Sr. Presidente dizer que “há apenas um elemento de apoio para todo o Executivo”, a verdade é que se encontram nomeados dois secretários: Filipe Pires e Manuel Martins; -----

3.3 – Apesar dos elementos do partido socialista terem “massacrado” os executivos do PSD por causa da não aprovação do PDM, verificou-se que, apesar do executivo ser do mesmo partido do Governo, não foi possível qualquer avanço na sua revisão. -----

Concluimos parafraseando a declaração de voto dos membros dos PS em 2007, mas agora com a razão que a frieza dos números nos dá: foi “um ano em que Terras de Bouro ficou parado no tempo”. Quando se esperava que fosse feito mais por menos, assistimos, precisamente, ao contrário, foi feito menos obra por mais. -----

Terras de Bouro, 18 de Abril de 2011. -----

Os Vogais, -----

*(Claudino Cruz Ferreira; Maria Filomena Santos Silva de Araújo; Óscar Manuel Pires Rodrigues; Maria José Gonçalves Machado de Andrade Arantes e Manuel Aguiar Campos).*

